



ATA DE REUNIÃO

**Reunião do GTS - Grupo de Trabalho da Soja
19 de Dezembro de 2006
Brasília – Sede do WWF**

Participantes:

Afonso Champi - Cargill
Carlo Lovatelli – Abiove
Carlos Klink – TNC
Carlos Scaramuzza – WWF-Brasil
Edilberto Sena – FDA Santarém
Fabio Trigueirinho - Abiove
Marcello Moreira – Cargill (por telefone)
Mauro Armelin – WWF Brasil
Michel Santos - Bunge
Mônika Bergamaschi -Abag
Ocimar Vilella – Amaggi
Oriana Almeida – IPAM
Paulo Adario – Greenpeace
Paulo Gustavo Prado – CI Brasil
Roberto S. Waack – AMATA
Sergio Leitão – Greenpeace
Sergio Mendes – ANEC
Tatiana de Carvalho - Greenpeace

APRESENTAÇÃO DOS SUBGRUPOS

1. Mapeamento e Monitoramento

O grupo de Mapeamento será unido ao de Monitoramento.

1. Bioma

Até que estejam prontos os mapas dos biomas encomendados pelo MMA, será usado o mapa do IBGE (escala 1:5 milhões) de 2004 para a definição do limite do Bioma Amazônico. Como este mapa não está na escala adequada, foi estabelecida uma zona tampão na linha limite de 5Km para cada lado. Nesta faixa, visitas de campo definirão os limites do bioma.

Posteriormente serão utilizados mapas que estão sendo elaborados pelo Ministério do Meio Ambiente na escala de 1 para 250 mil para identificar áreas cuja cobertura

vegetal não seja de floresta. Ainda existem dúvidas sobre as ilhas cerrado e campos dentro do limite do Bioma Amazônia e sua relação com o compromisso da moratória.

2. Desmatamento após agosto 2006

Em Janeiro de 2007, o MMA irá divulgar os mapas do desmatamento até agosto de 2006, como parte da série histórica do desmatamento divulgada anualmente pelo governo. Estes mapas são o “baseline” da moratória. Eles contemplam 95% do desmatamento (Prodes). Os dados são públicos e estarão disponíveis na internet.

Será realizada reunião de trabalho com o Dr. Gilberto Câmara do INPE, instituição que irá fornecer o mapa do desmatamento no Bioma em agosto de 2006, baseado em 110 imagens de satélite do sistema PRODES. Este mapa será considerado o ponto de partida (baseline) do desmatamento. Imagens do sistema DETER serão utilizadas como ferramenta auxiliar para pré selecionar áreas para inspeções de campo, para verificar o que foi desmatado posteriormente a agosto 2006.

A identificando do eventual cultivo de soja nas novas áreas desflorestadas será feita através de trabalho de campo desenvolvido pelas empresas. Deve ser estudado um processo de auditoria independente para complementar o sistema proposto. Será estudada a possibilidade de usar algoritmo como informação auxiliar.

As visitas de campos deverão ser priorizadas em áreas que tem armazéns e topografia adequada para a soja (aptidão agrícola). Outros critérios para priorização são: presença de produtores que não são associados, assentamentos do INCRA e cobertura florestal intensa.

Depois de identificado o desmatamento, e se for cultivada soja, será preciso identificar para onde ela foi destinada. Uma alternativa será usar notas fiscais para isso.

O monitoramento é mais fácil quando existe uma relação com o produtor, os pré-financiados. Os problemas são os financiados por fornecedores de insumos como Syngenta, BASF. Estas empresas precisam ser trazidas para a discussão.

Ações:

- 1) 1) Elaborar um protocolo de intenções (ABIOVE e ANEC) com o INPE sobre o monitoramento da soja. O INPE precisa de apoio para conseguir U\$ 60 milhões evitar o apagão de dados de satélite em 2009. Responsável: Antigo grupo de Mapeamento
- 2) 2) Fazer solicitações formais ao MMA em nome do GTS. O subgrupo irá elaborar, a Abiove assina e as ONGs endossam. Responsável: Antigo grupo de Mapeamento
- 3) 3) Deve ser estudado um processo de auditoria independente para complementar o sistema proposto. Responsável: Novo grupo de Mapeamento e Monitoramento
- 4) 4) Uma metodologia de algoritmo esta sendo desenvolvida, mas ela só funciona pós-colheita. Esta metodologia será mais bem amadurecida e

reapresentada ao grupo. Responsável: Carlos Scaramuzza

- 5) 5) Envolver empresas fornecedoras de insumos na discussão da Moratória da Soja na Amazônia. Responsável: ABIOVE
- 6) 6) Traders precisam ter um formato de monitoramento comum. Será consolidado pela Abiove. Responsável: ABIOVE
- 7) 7) Na próxima reunião o subgrupo apresenta um plano de trabalho e os dados mais recentes sobre desmatamento (baseline e Deter). As empresas apresentarão um relatório sobre desmatamentos e áreas críticas. Responsável: Novo grupo de Mapeamento e Monitoramento
- 8) 8) Definir um calendário para ações de monitoramento e áreas prioritárias para visita ao campo. Responsável: Novo grupo de Mapeamento e Monitoramento
- 9) 9) Apresentar um orçamento preliminar, antes da próxima reunião. É preciso definição de como será financiado o processo de mapeamento e monitoramento. Responsável: Novo grupo de Mapeamento e Monitoramento
- 10) 10) Pendente redefinição quem são os participantes e quem vai coordenar o Grupo de Monitoramento e Mapeamento. Responsável: Novo grupo de Mapeamento e Monitoramento

2. Educação, Informação e Código Florestal

Foi aprovado o objetivo do trabalho do subgrupo de educar o produtor rural em relação a sustentabilidade, com ênfase na moratória. (explicar porque não se compra de desmatamentos legais, o porque da moratória). Foi proposto que o trabalho seja estruturado em 2 escopos: Campanha de adequação à legislação ambiental e planejamento participativo orientado. Foram levantadas as formas de disseminação do programa: guia de melhores práticas, veiculação na mídia e treinamentos. Devem ser definidos programas específicos para cada região. A prioridade serão as áreas limites.

A legislação ambiental foi objeto de debate. Tendo presente que a reserva legal ainda não é definitiva, pois a medida provisória de 1.998 que alterou o Código Florestal ainda não foi votada no Congresso Nacional, a percepção é que os produtores rurais relutarão em fazer as averbações.

Outro ponto sensível ao produtor é a discussão sobre direitos adquiridos já que diversos sojicultores seguiram a legislação da época, e não têm condições jurídicas e econômicas de recompor as áreas desflorestadas. Foi sugerido que fossem focadas as áreas de preservação permanente.

É preciso equacionar a governança no campo e o compromisso da moratória; o grupo da soja não precisa resolver tudo, mas sim apontar as zonas cinzas e cobrar solução;

Ações:

- 1) 1) O subgrupo deve definir quais são as prioridades e definir um cronograma de trabalho pensando no calendário do produtor.

3. Relação com o governo e legislação

Decidiu-se aguardar a definição do novo Ministério para iniciar os contatos com as autoridades governamentais. A primeira audiência deverá ser mantida com a Ministra Chefe da Casa Civil – Dilma Roussef. Será solicitado a ela que indique os interlocutores de governo para o assunto da sustentabilidade.

O Greenpeace esteve com o Ministro Guedes da Agricultura (que não deve permanecer), tendo como pauta conservação, moratória e o próximo governo. Mesmo saindo, ele continua um ator importante. A Abiove disse que também tem um contato muito próximo com o Dr. Guedes. O Dr. Guedes falou em diversos fóruns que está revoltado com a propositura europeia em acompanhar a situação das nossas florestas ligando-a a barreiras não tarifárias. A Embrapa fez um trabalho sobre a situação das florestas no mundo.

O Greenpeace também reportou contatos mantidos com o governo alemão (estarão liderando o G8 e a COP de biodiversidade e querem a agenda florestas no G8. A moratória esta sendo vista como uma ótima ferramenta). O Governo Alemão tem demonstrado forte interesse nas florestas e desenvolvimento, e estaria disposto a colaborar no financiamento do projeto da Moratória. O presidente da Alemanha vira ao Brasil em março e deverá visitar a Amazônia. A Alemanha esta entrando no Round Table com recursos.

O Ethos foi contatado e se dispôs a participar da moderação do Grupo de Trabalho da Soja. Podemos convidá-los para a próxima reunião.

O GP soltou uma carta para empresas consumidoras na Europa. Abiove registrou a insatisfação da indústria brasileira com relação à carta enviada pelo Greenpeace do Reino Unido a importadores europeus contendo informações incompletas sobre a Moratória e incorretas sobre os princípios da Round Table. Todos concordaram que é importante ter uma agenda de comunicação comum.

Ações:

- 1) 1) Preparar uma pauta comum de comunicação sobre o GTS e divulgar (vide item abaixo)
- 2) 2) Agendar reunião com Dilma Roussef.

4. Comunicação

Decidiu se que o GTS terá uma posição pró-ativa com a imprensa. Adicionalmente

será elaborado um boletim informativo sobre cada reunião que também deverá explicar o que é a moratória, o que está sendo feito e os próximos passos. Depois de cada reunião bimensal, será produzida uma newsletter para divulgar os resultados

Ações:

- 1) 1) A assessoria de comunicação da ABIOVE elaborará minuta de newsletter que será submetida à aprovação dos membros do GTS. A newsletter será traduzida para o idioma inglês.
- 2) 2) Fazer um workshop para jornalistas, quando o plano de trabalho do GTS estiver fechado (depois de março). Não se trata de uma conferência de imprensa.

5. Recursos financeiros

Foi acordado que todos os subgrupos prepararão um plano detalhado das ações estratégicas a serem desenvolvidas, com a respectiva previsão orçamentária, a ser enviado aos facilitadores até 20 de fevereiro. Este material será discutido e consolidado na próxima reunião. Então buscar-se-á fontes para o financiamento, como empresas, ONG's, cooperação internacional e governo brasileiro.

Uma proposta é criar um fundo para implementar a moratória com edital induzido. O Banco Mundial, por exemplo, pode colocar grana no INPE para agilizar o processo. Para a cooperação internacional deve existir a proposta de "matching fund".

Para trazer o movimento social para a discussão são necessários mecanismos para custear as viagens. A experiência FSC é a criação de fundo de participação social para custear a participação do movimento no fórum. Um fundo seria adequado para isso. Todos estão dispostos a ajudar a buscar recursos.

Ações:

- 1) 1) Cada subgrupo apresenta um plano de trabalho e um esboço de orçamento em final de fevereiro

6. Pauta para a próxima reunião

- Apresentação dos Sub-Grupos
- Discutir a criação de um subgrupo sobre financiamento
- Discutir e definir "ilhas" de cerrado, campos, etc.
- Discutir relação com o RTRS – GTS
- Discussão sobre como administrar as divergências sobre o código florestal dentro do GTS

A próxima reunião realizar-se-á em 14 de março de 2007 em São Paulo e a reunião seguinte será realizada em Manaus – AM.